



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 2937 04/09/2024

SINDICATOS DEFENDEM APROVAÇÃO DE PROPOSTA QUE ELIMINA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE INATIVOS



Sindicatos de servidores públicos pediram à Câmara dos Deputados nesta terça-feira (3) a aprovação de propostas de emenda à Constituição (PECs) que extinguem a cobrança da contribuição previdenciária de servidores inativos (aposentados e pensionistas). A PEC 6/24 prevê o fim gradativo das contribuições ao longo de dez anos, enquanto que a PEC 555/06 prevê a extinção imediata do encargo.

O debate na Comissão de Legislação Participativa foi proposto pela deputada Carla Ayres (PT-SC). “Um foco bastante importante são estratégias para garantir o apensamento da PEC 6 à PEC 555”, disse. O apensamento faz com que uma proposta seja analisada juntamente com a outra. O objetivo principal, explicou a deputada, é impedir que a PEC 555, que é de 2006, seja definitivamente arquivada por atingir o prazo limite de tramitação.

A cobrança da contribuição previdenciária sobre a remuneração de aposentados e pensionistas do serviço público teve início após a promulgação da Emenda Constitucional 41, em 2003.

Para a CUT, disse que as perdas de arrecadação do governo federal por conta da extinção da contribuição previdenciária de inativos poderia ser compensada com a inclusão de outras categorias de trabalhadores da ativa no sistema previdenciário, como os motoristas de aplicativo, por exemplo.

SINTSEF-CE PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALECE SOBRE DIREITO À SAÚDE



Na tarde da última terça-feira (03) o Sintsef-CE esteve presente na audiência pública para discutir sobre o direito humano à saúde no âmbito do Hospital José Martiniano de Alencar e sua situação administrativa. A reunião foi realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

A discussão girou em torno de uma informação extraoficial de que governo do estado determinaria que o equipamento de saúde se tornaria o Hospital da Polícia Militar do Ceará, passando a atender apenas a militares e não mais o público geral (civis).

Como um dos encaminhamentos do encontro, o deputado Estadual Renato Roseno (Psol), que foi o responsável pelo momento, acolheu a sugestão apresentada durante o debate para que seja criado um grupo de trabalho integrado intersecretarias, para avaliar a viabilidade da mudança em questão. “Ao governador fica o apelo de que ele ouça mais a sociedade, os especialistas, os profissionais. Nós precisamos defender o SUS, precisamos defender a saúde pública, defender os equipamentos”, enfatizou.



NOTA DE PESAR

Francisco Wellington Lima

Filiado do Dnocs



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Fonte: Agência Câmara de Notícias-

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
Jornalistas: Letícia Alues e Junior Tavares

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO